

Olimpíadas da cisão social

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda de que maneira a realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, que em qualquer cidade bem administrada e comprometida com o empoderamento político dos habitantes promoveria uma genuína integração cultural, gera por aqui, ao contrário, o dissenso social, pois nossa infraestrutura urbana (não obstante os faustosos investimentos, muitos deles superfaturados) é precária, sintoma do processo histórico de cisão social que fundamenta nossa história política. As Olimpíadas na cidade do Rio de Janeiro são um produto capitalista destinado ao consumo de turistas e de “cidadãos de bens”, convertendo-se assim em evento alheio aos interesses populares.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Direito à Cidade; Espoliação Urbana; Exclusão Social.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.



Nada ordena claramente, na nossa sociedade, o contato entre os pobres e os ricos.
Ao contrário, somos instados a conviver alegremente nos estádios de futebol,
nos desfiles de escolas de samba e na nossa cozinha.
Mas vivemos em mundos separados,
cada vez mais longe um do outro
(ZALUAR, 2000, p. 11).

Introdução

A realização das Olimpíadas a cada quatro anos é um acontecimento internacional que encanta os admiradores das diversas práticas esportivas atraídos pelo desejo de assistirem ao talento atlético de protagonistas que fazem das suas habilidades corporais o fundamento das suas atividades práticas. A oportunidade de reunir em breve período de tempo atletas de alto nível de desempenho encanta o espectador que, por lazer ou por senso de contemplação estética, assiste competições que glorificam

esportivamente pessoas e nações em busca pela vitória sobre seus rivais. Porém, para além da dignidade atlética dos jogos olímpicos, estão problemas de cunho político, econômico e social que violam a esperada pureza esportiva do grande evento que em tese nasceria da tentativa de reunir a diversidade dos competidores internacionais em prol da afirmação da dignidade humana e da paz entre os povos, consortes nesse mundo regido por conflitos e cisões inconciliáveis. Por conseguinte, é impossível separarmos o momento especial da celebração da vida esportiva

com os elementos estruturais da ordem política que, ao fim e ao cabo, são os verdadeiros mantenedores das atividades olímpicas tão apreciadas pelos mais diversos segmentos sociais.

A tortuosa via brasileira pela realização dos jogos olímpicos

Após diversas candidaturas derrotadas, finalmente uma cidade brasileira conquistou a oportunidade de realizar em terras tupiniquins os jogos olímpicos. Era o ano de 2009 quando o COI divulgou a vitória da cidade do Rio de Janeiro como a sede das Olimpíadas de 2016. Na época a euforia ufanista contagiou a sociedade brasileira, e o orgulho nacional estava em polvorosa, fazendo-a provisoriamente se esquecer dos seus problemas sociais fundamentais. A mesma cidade já havia realizado com relativo êxito os Jogos Pan-Americanos em 2007, apesar de algumas falhas estruturais e da ausência de um verdadeiro legado esportivo para a cidade após a realização do evento, assim como dos prejuízos causados para alguns setores populacionais cariocas diretamente atingidos pelas intervenções urbanas decorrentes dos preparativos malfeitos para essa competição. Contudo, na época a contestação aos atos de improbidade administrativa da prefeitura carioca foi minorada e parcialmente esquecida pela opinião pública, pois a sociedade brasileira vivia um período de efervescência e otimismo em relação ao futuro político e econômico. Afinal, apesar da iminente crise do capitalismo mundial que afetava a estabilidade de diversas nacionais de grande porte nossa ordem política e econômica caminhava muito bem, conforme parâmetros que nos aproximavam paulatinamente de um modelo de gestão de bem-estar social.

Em poucos anos uma série de acontecimentos esportivos extraordinários ocorreriam na urbe carioca. Os Jogos Pan-Americanos serviram de teste para eventos esportivos que seriam realizados posteriormente no território nacional tendo como epicentro a Cidade Maravilhosa, como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e, para adornar a coroa com sua joia mais bela, as Olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Durante o processo de organização de cada um dos eventos acima citados, diversas parcelas da intelligentsia brasileira perceberam que a falta de planejamento organizacional e o uso racional do dinheiro público para a construção de estádios, alojamentos e o aprimoramento da infraestrutura urbana eram uma constante, prejudicando assim a própria vida da população brasileira, especialmente a dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro. A crise institucional de 2013, que mobilizou multidões pelas ruas brasileiras clamando por mais responsabilidade política dos governantes e compromisso efetivo para com a probidade administrativa e o bem-estar social, colocou em xeque o mérito de realizarmos em território nacional uma Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, onde ambos demandavam ainda diversos investimentos financeiros bilionários e obras fundamentais realizadas apressadamente, graças ao avanço impiedoso do tempo que não perdoa gestões incompetentes.

A indignação coletiva para com os desmandos governamentais gerou uma intensa resistência popular aos eventos esportivos aqui preparados, inclusive sugerindo, para malgrado dos

investidores, que fossem cancelados (a palavra de ordem “Não vai ter Copa” soava como maldição para o empresariado espoliador do erário público nacional, assim como da casta política diretamente beneficiada pela realização de uma segunda Copa do Mundo em terras brasileiras). A humilhante derrota da seleção brasileira de futebol para a equipe alemã na semifinal da Copa do Mundo de 2014 parecia o prenúncio da grande crise política que polarizaria posteriormente os ânimos da sociedade brasileira, culminando no afastamento golpista da Presidenta Dilma Rousseff do seu legítimo mandato presidencial, substituída por uma corja temerária cujo maior interesse é perpetuar a divisão nacional, não obstante todo discurso em contrário, em favor da aplicação de medidas neoliberais na gestão pública de modo a favorecer ainda mais o jugo privado do empresariado sobre os interesses nacionais. Contudo, para os investidores esportivos, nenhuma crise política importa se porventura os seus interesses econômicos não forem prejudicados; para essa elite plutocrática apenas importa que os seus negócios em relação aos primeiros jogos olímpicos enfim realizados em uma cidade brasileira obtenham êxito, e que ninguém ouse atrapalhar seu sucesso financeiro.

Eis assim um resumo do quadro sociopolítico no qual nos encontramos, e as circunstâncias tenebrosas que nos assolarão no porvir, se porventura a resistência ao processo de espoliação urbana não for interrompida através de uma mobilização coletiva que defenestre do poder os grupos corruptos que violam a soberania nacional e os interesses populares em favor de uma

casta plutocrática mesquinha e reacionária, que não hesita em usar métodos fascistas para realizar seus propósitos escusos. Trata-se de verdadeira traição nacional, e não há punição conveniente para tais criminosos.

O esporte submetido ao crivo mercadológico

A crítica ao processo de prevaricação da coisa pública pelo poder governamental associado ao empresariado que lucra com os megaeventos esportivos exige que façamos primeiramente uma análise sobre de que maneira a experiência desportiva se modificou terrivelmente no capitalismo tardio, negando assim, digamos, sua própria essência ética. A prática esportiva perdeu sua espontaneidade e se submeteu ao crivo da busca sôfrega pela perfeição dos detalhes como forma de obter maiores fatias das verbas publicitárias de investidores. O caráter lúdico da existência pressupõe o erro, a imprecisão e a capacidade de assimilar sem maiores rancores uma eventual derrota, inevitável em qualquer relação de forças, e em uma competição regida pelo espírito agônico todos os disputantes são verdadeiros vencedores. Para Roger Caillois,

O jogo supõe, sem dúvida, a vontade de ganhar, pela utilização plena dos recursos e pela exclusão das jogadas proibidas. Mas exige mais: é preciso ser cortês para com o adversário, dar-lhe confiança, por princípio, e combatê-lo sem animosidade. É preciso ainda aceitar antecipadamente uma eventual derrota, o azar ou a fatalidade, admitir a derrota sem cólera nem desespero. Quem se zanga ou lamenta cai logo em descrédito. Com efeito, uma vez

que toda a nova jogada surge como um princípio absoluto, nada está perdido, e o jogador, em vez de se recriminar ou desanimar, tem oportunidade de redobrar os esforços (CAILLOIS, 1990, p. 16).

Contudo, o tecnicismo esportivo, adequado aos parâmetros mercadológicos, exige do atleta a superação exaustiva dos seus limites físicos, circunstância que, em nome da manutenção de contratos milionários com empresas do ramo esportivo e afins, estimula o uso de substâncias que potencializam os resultados, ainda que à custa, não raro, da própria saúde orgânica do competidor. Nessas condições, confunde-se a heroica superação dos limites corporais (que exige disciplina, ascese, concentração mental) com a demanda capitalista pela vitória a todo custo, mesmo que para tanto se faça uso de aditivos que geram no organismo resultados artificiais. Há registro de atletas olímpicos que se doparam desde a era do amadorismo, circunstância que demonstra que a busca pela vitória sobre os rivais não é motivada apenas por interesses financeiros, mas também pela imortalização do nome. Todavia, é fato que a partir da profissionalização esportiva e a inerente promiscuidade da prática atlética com a gestão empresarial a necessidade individualista de obter resultados mediante recursos ilícitos se amplificou. Ressalte-se que o grande problema ético não é o uso de suplementos medicinais em si, pois a própria vida humana se constitui mediante adição de elementos externos mediante a absorção de nutrientes. Por isso o discurso purista contrário ao consumo de produtos alimentícios cheios de produtos químicos é falho, pois todos os alimentos são constituídos

por elementos químicos. O que na verdade deve mudar é o processo de industrialização alimentícia, que exige o uso de conservantes que em médio prazo ocasionam problemas orgânicos no corpo humano.

O culto do desempenho se encontra presente nos mais diversos setores da gestão capitalista, estimulando seus adeptos a se tornarem extremamente produtivos e a maximizarem seus resultados práticos. Nesse paradigma, todo fracasso é sintoma de decadência existencial e falta de força de vontade em se superar. Esse dispositivo normativo degradou a prática esportiva e transformou a mesma em negócio empresarial, violando assim aquilo que seria o verdadeiro espírito olímpico, a proclamação da amizade dos povos mediante a aplicação da competição como uma experiência de integração interpessoal. Segundo Jeferson Retondar

A competição é estimulada e propalada na sociedade de consumo, mas somente de maneira ilusória os indivíduos se encontram em equilíbrio de forças para a disputa, pois somente uma minoria abastada domina em grande medida o jogo, ou melhor, o exercício do poder, capaz de manipular o seu resultado quando se virem radicalmente ameaçados e, geralmente, se encontram sempre à frente na linha de largada durante a partida (RETONDAR, 2007, p. 43).

Quando a vitória em uma disputa esportiva motiva a degradação física do atleta ou mesmo a violência entre os torcedores, algo necessita ser modificado. O esporte, que representa a superação da barbárie, corre o risco de potencializar a mesma. Caberia que a célebre máxima olímpica moderna que apregoa que “o importante é competir”,

tão ridicularizada por filisteus tacanhos que não compreendem o sentido ontológico presente no espírito da disputa, fosse revitalizada em nossa atual conjuntura axiológica do tecnicismo esportivo, ansiosa de tudo conquistar mediante a sua disposição concorrencial desprovida de genuínos critérios existencialmente mais saudáveis e potentes, em detrimento assim da legitimação dos valores intrínsecos do adversário, convertido em mera coisa unidimensional. A hegemonia promove a própria morte do esporte. Para Johan Huizinga,

De certo modo, a civilização sempre será um jogo governado por certas regras, e a verdadeira civilização sempre exigirá o espírito esportivo, a capacidade de *fair play*. O *fair play* é simplesmente a boa fé expressa em termos lúdicos (HUIZINGA, 2007, p. 234).

Contudo, o que mais falta em qualquer relação social submetida ao crivo do poder financeiro é justamente o jogo limpo, a lisura, o respeito, a cordialidade, estabelecendo-se assim a violência concreta e simbólica como regra soberana. Eis então o motivo pelo qual os eventos esportivos organizados conforme as orientações empresariais, em nossa conjuntura culturalmente decadente, são instrumentos que, ao fim e ao cabo, negam a própria singularidade da vida saudável. A mesma corrupção que grassa a máquina pública chancela a corrupção esportiva na práxis competitiva.

Olimpíadas da espoliação urbana

O processo de efetivação do projeto de segurança pública da cidade do Rio de Janeiro, preparando-a militarmente para a realização de megaeventos capitalistas, culminando com os jogos olímpicos,

pressupôs de maneira incondicional a criação de um novo regime de controle da criminalidade, da violência e do caos urbano, intrínsecos na constituição moderna da vida metropolitana, de modo a proteger os interesses empresariais associados na organização das Olimpíadas.

Após contínuos atos fracassados de repressão ao crime organizado mediante a tática de enfrentamento direto das forças policiais com a marginalidade, a estrutura tecnocrática da segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), uma nova forma de gerenciamento da violência endêmica das zonas periféricas da cidade mediante a ocupação territorial dessas regiões outrora desassistidas de qualquer participação positiva de intervenção social do poder estatal em sua vida cotidiana. As UPPs traziam consigo a aura de modernização da infraestrutura das favelas e inerentemente a própria cidadania para a população local, historicamente espoliada. Não obstante alguns resultados positivos conquistados nessas regiões empobrecidas, uma nova modalidade de violência se estabeleceu sobre as vidas dos habitantes desses espaços segregados, agora imediatamente subjugados pela coleira normativa do Estado em sua configuração atualizada do Panóptico, ou seja, um regime de fiscalização e monitoramento contínuo das ações sociais e dos corpos mediante a presença ubíqua do poder estatal como órgão de controle aos desvios das leis. A opinião pública brasileira, fascinada pela mitificação das forças armadas como garantidora da ordem nacional, acreditou piamente que a instauração

das UPPs nas favelas resolveria definitivamente todos os problemas endêmicos de segurança pública no cindido território carioca, promovendo assim a paz tão esperada, que somente existiu no passado idílico dos sonhos dourados de uma pretensa era adâmica.

A atenuação dos conflitos internos nas favelas a partir da presença ostensiva das forças policiais nesses espaços que outrora eram estigmatizados como os terríficos símbolos da exclusão urbana e da marginalidade ontológica promoveu a gentrificação dos mesmos, encarecendo o custo de vida da população local, que, ao adentrar no regime de legalidade jurídica dos serviços sociais, muitas vezes se revelou incapaz de cumpri-los convenientemente, expulsando-as da sociabilidade comunitária na qual construíram suas trajetórias existenciais. A favela só serve aos ideários burgueses quando a horda de deserdados não cria problemas para a modernização forçada do tecido social. Para esconder dos bairros nobres a imagem degenerativa da pobreza, os planejadores urbanos não hesitaram em maquiagem o corpo da cidade, inserir placas que ocultam a visão panorâmica das favelas, como se tal técnica conseguisse esconder aos olhos do mundo, por muito tempo, as contradições fundamentais da cidade partida. Como pondera Mike Davis, “Os favelados sabem que são a “sujeira” ou a “praga” que seus governantes preferem que o mundo não veja” (DAVIS, 2011, p. 111).

A garantia de segurança relativa graças ao êxito inicial da ocupação alienígena das UPPs trouxe, em uma estratégia empresarial de grande retorno financeiro, investimentos maciços em infraestrutura local, mediante a entrada

de bancos, franquias de lojas, supermercados e até mesmo instituições de ensino superior de fomento privado, gerando assim uma extraordinária valorização imobiliária do metro quadrado das favelas “pacificadas”, processo de grande valia para a especulação imobiliária e seus procedimentos rapinantes que dissolvem os laços afetivos dos habitantes locais. Para Marcos Barreira,

Em um primeiro momento, “pacificar” a cidade significa apenas acabar com a visibilidade da violência do tráfico de drogas e eliminar os conflitos armados em áreas de alta renda que concentram atrativos para os consumidores vindos de fora [...] A modificação permanente do espaço em função do lucro contribui para a adaptação da cidade e do espírito dos habitantes ao movimento sempre idêntico de valorização econômica, criando um modo de vida condicionado pela necessidade de mudanças que se impõe incessantemente e pela cultura do consumo (BARREIRA, 2013, p. 145; 159).

Cabe ainda ressaltar que a população favelada, agora relativamente assistida de maneira mais humanizada pelo poder estatal, recebe os benefícios privados dos investimentos empresariais apenas por motivações puramente pecuniárias da parte desses plutocratas. Essa massa humana é mão-de-obra barata que, mediante instrução básica, pode convenientemente exercer funções subalternas no mercado de trabalho do capitalismo tardio, servindo ainda ideologicamente como exército industrial de reserva que pressiona o proletariado a aceitar docilmente as condições degradantes do regime de trabalho na era do desajuste neoliberal.

Os jogos olímpicos, cuja função política consiste no desejo de integração internacional, não raro motivam o efeito contrário e promovem a cisão social na cidade na qual ocorre esse evento monumental, como é o caso do Rio de Janeiro. Quando os poderes estabelecidos são subservientes ao crivo empresarial e seus princípios plutocráticos, a organização democrática da celebração esportiva se torna sectária, seletiva, excludente, repressiva, em suma, tornando-se um privilégio classista. A cidade não se unificou através dos esforços públicos e privados pela concretização dos jogos olímpicos; pelo contrário, vivenciou um grande índice de dissolução interna, hiperbolizando suas tensões sociais. Conforme argumenta Marcos Barreira,

A produção incessante de espaços segregados contrasta com a imagem de integração social fartamente oferecida pelo discurso publicitário. A concepção de uma cidade competitiva e “global”, longe de atingir os objetivos propalados, apenas reforça tendências negativas já existentes, como a disparidade entre as áreas economicamente centrais e as periferias abandonadas (BARREIRA, 2013, p. 162).

A roliça celebridade debiloide, enfadonha figura dotada de mau gosto e que representa a consciência reativa do homem-médio, proclama que não se realiza um evento esportivo com escolas e hospitais. Mais do que nunca se evidencia que a estupidez dessa figura ratifica ideologicamente a má gestão governamental no processo de realização dos jogos olímpicos, que exigem investimentos maciços em infraestrutura para que não ocorram contratemplos graves que prejudiquem o bem-estar público na vigência do

evento. Certamente a celebridade debiloide recebeu propinas de empreiteiras para defender discurso tão patético. Qualquer evento de grande porte exige da administração local não apenas a ampliação do parque olímpico da cidade, mas o aprimoramento das vias expressas, pavimentação de ruas, ampliação das linhas de metrô, criação de circuitos especiais de trajetos de ônibus, construção de postos de saúde para atender casos de emergência, além, não podemos esquecer, de estratégias de restauração da pujança dos ecossistemas da cidade, usualmente degradados pela poluição voraz. Somente a insanidade de um prefeito incompetente e demagogo, ratificada por seus asseclas de gabinete, pode condescender com a realização de práticas esportivas em águas imundas, contaminada pelos dejetos cotidianos da população. Talvez quem aprecie a ingestão de excrementos não tenha maiores problemas com o esgoto que flua na Baía da Guanabara. O projeto de um legado olímpico que de fato beneficie o todo social deve, portanto, ser radical, e compreender a vida humana em sua relação indissociável com a natureza não apenas sob a lógica do crivo comercial, mas da afirmação da dignidade do mundo que nos circunda e suas poderosas forças cosmológicas.

Existe o discurso fetichista de que a realização dos jogos olímpicos revitaliza a estrutura urbana da cidade, movimentando os seus diversos setores econômicos e assim promovendo o enriquecimento dos cofres públicos e o fortalecimento das redes econômicas locais. A opinião pública idiotizada pelo regime espetacular não consegue compreender que somente sociedades esclarecidas, cujos habitantes são imbuídos de poderoso senso de

cidadania e participação política, se beneficiam efetivamente do legado dos grandes eventos esportivos. Em sociedades cuja práxis democrática é belissimamente fundamentada constitucionalmente e inexistente na concretude das relações sociais, onde a vida política se encontra distanciada das demandas populares, onde se confunde deveres públicos como benesses voluntárias dos mandatários, onde a improbidade administrativa e a corrupção espoliadora violam a coisa pública, o dito legado olímpico se converte em fardo olímpico, na verdade, um fardo infernal que deve ser suportado pelo povo. Angelo Serpa afirma que

Os espaços públicos contemporâneos transformam-se em lugares do espetáculo para os habitantes e os visitantes de passagem, a cidade se engajando decididamente na produção de um élan festivo. No entanto, essas intervenções – cada vez mais pontuais e restritas – se contentam em produzir cenários literalmente destinados a fascinar os futuros usuários, tornando-se peças publicitárias das administrações locais, sem relação com as práticas sociais cotidianas, que talvez pudessem lhes conferir algum conteúdo e significado (SERPA, 2013, p. 85).

A massa humana, explorada cotidianamente no trabalho alienado, pressionada pela insegurança pública, desprotegida pela truculência policial, confundida pela desordem urbana, desprovida dos direitos civis fundamentais, sofre ainda as consequências deletérias de uma má gestão governamental que, na sua sanha por lucro, não hesitou em vender a

cidade para os especuladores imobiliários, empreiteiros e marqueteiros esportivos que impuseram a violenta reconfiguração da estrutura urbana da cidade sem levar em consideração qualquer demanda populacional. A própria soberania nacional é ameaça pelos ditames aviltantes do COI, verdadeira corporação empresarial que pauta seu regime capitalista através de parâmetros autoritários de controle sobre seus subordinados. Carlos Vainer afirma que

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2012, p. 83).

Para realizar o megaevento a cidade entra em processo de falência, mas os investidores não sofrem os prejuízos financeiros decorrentes da grande dívida a ser quitada pela população que paga o pato pelos descabros das bestas políticas descompromissadas com o erário público. Qualquer pessoa de mente lúcida sabe que a Cidade-Maravilhosa, prostituta do grande capital esportivo, não se encontrava, desde sua fervorosa candidatura como sede dos jogos olímpicos, em condições estruturais para a realização dos mesmos, e que os investimentos urbanísticos para adequação aos critérios normativos do Comitê Olímpico Internacional seriam aplicados de modo precário pelo governo vigente, sem uma estratégia racionalizada, motivando assim diversos desperdícios de materiais e construções malfeitas,

além, cabe lembrar, de se favorecer as práticas usuais de superfaturamentos de licitações que tanto agradam aos plutocratas parasitas das finanças públicas. Nelma Gusmão de Oliveira pondera que

Facilitado pelo discurso de suposto legado, a estratégia adotada é a transferência de responsabilidade financeira para cidades e países-sede, através de rigoroso controle político e jurídico sobre esses territórios. É exatamente nesse ponto que a produção do espetáculo esportivo e a da cidade neoliberal convergem. Na busca de agentes capazes de bancar as condições materiais de realização do megaevento, as instituições promotoras encontram máquinas burocráticas sedentas para realizar tal proeza em troca de exposição midiática e legitimação para projetos nababescos, de dificuldade de aprovação em circunstâncias normais (OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Tais circunstâncias nos levam a afirmar, sem qualquer pudor, que a cidade, outrora expressão da coisa pública, foi vendida para o capital privatista, e seus detentores não hesitam em praticar os delitos mais degradantes para que lucrem mediante a espoliação da estrutura urbana e suas fontes de riqueza.

A ameaça terrorista contra o espetáculo olímpico

Os organizadores dos jogos olímpicos evidenciaram constante temor acerca de possíveis ataques terroristas perpetrados por grupos fundamentalistas movidos por sanha assassina contra tudo aquilo que representa os ditos civilizados valores ocidentais. A cidade do Rio de Janeiro, síntese da postulada integração cultural brasileira, até a iminência da

realização dos jogos olímpicos nunca fora considerada foco para intervenções terroristas, apesar de outrora já haver realizado outros eventos esportivos, políticos, religiosos e culturais de grande porte que agregaram diversas delegações estrangeiras, circunstância que certamente atraiu o interesse de grupos terroristas para que realizassem seus atos destrutivos por aqui. Contudo, a paranoia de possível ocorrência de um ataque de tal monta despertou a sensação de histeria coletiva nos aparatos governamentais e em seus órgãos de segurança pública, criando-se assim uma verdadeira caça às bruxas contra todas as formas de expressões sociais imputadas como potencialmente perigosas para a ordem pública. O inimigo espreita por todas as partes, e qualquer pessoa que fuja dos padrões comuns é um potencial perigo para a ordem pública. Curiosamente, é a própria organização estatal descompromissada com a sociedade que se configura como um mecanismo terrorista que assola o animo de todos os cidadãos, tal como argumenta Muniz Sodré

A violência terrorista do Estado tecnoburocrático – que converte a nação em alibi ou refém para a montagem de seu sistema de produção e segurança – induz à destruição difusa das massas localizada em atitudes antissociais, focos de criminalidade ou explosões individuais de violência. Esta indução está implícita no descaso para com os investimentos em educação, saúde e geração de empregos (SODRÉ, 2006, p. 102).

O sonho dourado dos mandatários políticos cariocas que venderam a cidade ao empresariado esportivo é que os cidadãos que porventura não

assistirão aos jogos olímpicos permaneçam fora da cidade, que façam viagens para outras regiões, até o término do plutocrático evento, de modo a esvaziar o tecido urbano da sua grande massa humana heteróclita de valores, anseios e disposições políticas conflitantes. Para a insana prefeitura carioca, quanto mais gente alheia ao evento olímpico permanecer fora da cidade, tanto melhor, pois é menos risco de incômodo urbano e de resistência política aos desmandos desvairados do alcaide festivo e dos seus asseclas. O cidadão carioca paga seus impostos e cumpre seus deveres políticos e jurídicos para com a ordem pública do Rio de Janeiro, mas não recebe a contraparte legal dos seus direitos inalienáveis. Transmite-se a impressão de que ao cidadão carioca não cabe a pergunta sobre o que a prefeitura pode fazer por ele, mas o que ele pode fazer pela prefeitura. A resposta é: não reclamar de nada, manter-se em silêncio perante os desmandos arbitrários dos tecnocratas da prefeitura carioca, ansiosos em satisfazer aos fraudulentos interesses empresariais que se beneficiarão maravilhosamente dos lucros advindos da realização dos jogos olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Em termos claros, podemos afirmar que o cidadão carioca trabalha arduamente em sua práxis profissional cotidiana para que turistas venham aqui gozar a vida sem maiores preocupações existenciais, exceto com os riscos naturais de receber uma bala perdida, sofrer um assalto ou mesmo explodir após um ataque terrorista cada vez mais iminente. Incomoda aos poderes políticos parasitários da máquina pública carioca o risco de ocorrência de protestos contra a realização dos jogos olímpicos na Cidade Maravilhosa, pois tais

manifestações políticas, além de prejudicarem o tráfego, prejudicam também o fluxo de consumo dos turistas imbecilizados e adeptos dos prazeres esportivos. A tensão interna na cidade evidencia que não haverá possibilidade de qualquer paz olímpica, tal como esperado pelos cândidos senhores do COI.

O fogo que inflama a tocha olímpica não representa mais o poder atribuído aos homens por Prometeu, mas sim as chamas diabólicas de um novo poder inquisidor, que consome todos aqueles que não comungam da fé mercantilista que faz da cidade-sede um bordel encantado destinado ao usufruto turístico. Manter a tocha olímpica acesa, nessas condições, é perpetuar o obscurantismo social que impede a compreensão efetiva dos acontecimentos que degradam a coisa pública carioca. Não basta apagar a tocha olímpica, é necessário também que a grande festa do empresariado seja interrompida com a entrada das forças multitudinárias nos clubes privados onde a plutocracia celebra seus lucros roubados da população carioca.

No tenso processo de organização das Olimpíadas, qualquer figura que aparentemente destoe do padrão visual dominante corre o risco de ser confundida com um agente terrorista. Essa disposição reativa pautada na negação de tudo aquilo que foge ao espírito de identidade tende a legitimar ações fóbicas contra essas divergências, evidenciando a extrema incapacidade da consciência afetada pelo medo em compreender racionalmente a realidade e dela se apropriar de maneira autônoma. Os aparatos repressivos do Estado usaram convenientemente o medo coletivo de ataque terrorista, cada

vez mais ubíquo, para impor o seu regime de exceção em vista do controle brutal de toda forma de ameaça real ou imaginária aos estádios e locais de circulação do público frequentador das atividades olímpicas. Certamente será muito difícil que alguém consiga usufruir satisfatoriamente dos encantos fetichistas da Cidade Maravilhosa no período de realização dos jogos olímpicos sob o risco constante não apenas de vir a sofrer os atentados terroristas, mas também dos efeitos caóticos da insegurança pública carioca com seus assaltos, balas perdidas, em suma, toda a sorte de violências urbanas que não são abolidas pelo Estado laico do poder empresarial, incapaz de estabelecer uma verdadeira integração social que suprima suas contradições internas e promova assim o empoderamento coletivo dos cidadãos.

O poder governamental e o comitê de organização dos jogos olímpicos, hipocritamente, não reconhecem que o terror já é congênito na configuração moderna da vida carioca, manifestado pela ação fascista da repressão policial que executa pessoas desprovidas de proteção social, pela elevação dos índices de criminalidade, pela ação das milícias e das organizações de narcotraficantes que espoliam as populações faveladas e de regiões adjacentes. Mesmo que porventura ocorresse um atentado terrorista na vigência dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro, haveria menos mortes e destruição do que usualmente no cotidiano da sociedade carioca. De toda forma, as agências nacionais de inteligência a serviço do empresariado esportivo estão, digamos, corretas, ao demonstrarem que não estamos a salvo

de uma ação terrorista que estrague a festa do capitalismo esportivo.

Quando a própria administração pública manifesta uma série de problemas de gestão, o terror só tende a ampliar sua ação destruidora sobre os habitantes da cidade, cada vez mais acuciosos socialmente. Quando a cidade é governada para satisfazer especialmente os interesses elitistas de um seleto grupo de magnatas investidores e das classes socialmente abastadas, as vozes periféricas não tardam em demonstrar que a ordem pública está dividida, motivando assim os conflitos urbanos que cada vez mais tornam a vida metropolitana eticamente insustentável. Se adotarmos um discurso apocalíptico, talvez apenas através de uma catástrofe natural ou de uma intervenção terrorista consigamos suprimir as diferenças sociais estruturais e assim fazermos uma cidade politicamente unificada. Contudo, como uma perspectiva crítica fundamentada na imanência não pode acreditar em ações soteriológicas que resolvam magistralmente os problemas intrínsecos da ordem pública, somente poderemos postular a realização de uma transformação social efetiva mediante procedimentos estratégicos que se pautem pelo compromisso político de estabelecer a justiça, a liberdade e a qualidade de vida para todos os cidadãos, estabelecendo uma agenda social de direitos humanos que exija a desmilitarização das forças policiais e o compromisso da gestão governamental para com a totalidade da população, respeitando-se assim o significado mais poderoso da experiência cidadã, para além da lógica do mercado.

Considerações finais

De maneira alguma o autor dessas linhas anseia pelo insucesso dos jogos olímpicos, seja em relação ao esperadíssimo retorno financeiro decorrente da venda de ingresso e consumo de mercadorias, seja acerca da segurança pública perante as pretensas “ameaças terroristas”, seja pela incapacidade policial de evitar os crimes eventuais contra os frequentadores das atividades esportivas e espetáculos culturais agregados, seja pelo desastroso planejamento urbano criado para a construção dos estádios e estradas da Cidade-Espectáculo. A conjugação entre incompetência organizacional e corrupção da gestão governamental envolvida na realização dos jogos olímpicos na cidade do Rio de Janeiro por si só já é a garantia certa do fracasso do portentoso evento. Perante essa corja abjeta que vendeu impunemente a coisa pública aos especuladores financeiros, por que temer ataques terroristas ou acidentes estruturais? A sabotagem já é intrínseca no projeto político da plutocracia espoliadora incrustada na máquina pública do Estado do Rio de Janeiro. Qualquer outro incidente ocorrido durante a preparação e a realização dos jogos olímpicos é apenas uma pá de cal nessa combalida casta governamental desprovida de qualquer pudor moral na prevaricação sobre as finanças públicas da cidade que vende ao mundo a imagem de amistosa, acolhedora, maravilhosa, mas que em verdade é partida, cindida, pois sua história política se fundamenta pela opressão contra a diferença, manifestada concretamente pelos marginais sociais, pelos pobres, pelos filhos dos escravos, pelos indígenas desenraizados das suas

terras naturais. O Rio de Janeiro é cidade de fato maravilhosa apenas para os plutocratas, para os turistas idiotizados pelo acesso fácil ao gozo dos sentidos e para o empresariado que especula impunemente sobre o modo criminoso como violará o espaço público, da forma mais conveniente para obtenção dos seus ganhos financeiros.

Referências

- BARREIRA, Marcos. “Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro” In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.
- CAILLOIS, Roger. **Os Jogos e os Homens**. Trad. de José Garcez Palha. Lisboa: Cotovia, 1990.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens – O jogo como elemento da cultura**. Trad. de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. “Jogo Espectáculo, jogo negócio” In: **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014, p. 25-31.
- RETONDAR, Jeferson José Moebus. **Teoria do Jogo: a dimensão lúdica da existência humana**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.
- SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2006.
- VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano” In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 75-103.
- ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2000.